

INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE CIÊNCIA: DO PASSADO PARA O FUTURO

Carlos Assunção*

Resumo

Este texto pretende dar um pequeno contributo para um objetivo maior: a relevância da língua portuguesa (LP) como língua de ciência e a sua afirmação no mundo. Para se cumprir este objetivo, apresentamos dois tópicos para o seu desenvolvimento: o primeiro é relativo ao primeiro momento em que o português se tornou a língua veicular para as primeiras traduções de várias línguas ameríndias, africanas e asiáticas, desconhecidas para os europeus, até à idade de expansão, nos séculos XVI e XVII, constituindo este feito a maior internacionalização de sempre da LP, até à chegada da internet; o segundo, é hodierno e refletirá sobre a questão que se coloca hoje sobre a língua portuguesa, política científica e comunicação de ciência em LP. Sobre este último tópico, falaremos da política, e/ou da sua ausência, da LP, de forma a concluirmos que as línguas, e em particular a LP, são formas de afirmação do poder face a outras línguas, como acontece nas rotas dos negócios, e são formas de afirmar e de divulgar a cultura científica, a inovação dos povos, porque uma língua não será também uma grande língua internacional, se não se afirmar a este nível.

Palavras-chave: Língua portuguesa; ciência; internacionalização

* Carlos Assunção é professor catedrático de linguística portuguesa da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, desde 2002. Desempenhou várias funções na área da gestão universitária das quais se destacam a de vice-reitor para a investigação, diretor do Centro de Estudos em Letras e membro do Senado Universitário.

Foi professor convidado da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio e da Universidade de São Paulo. Publicou dezenas de artigos em revistas especializadas e em atas de congressos, possui mais de duas dezenas de livros e também de capítulos de livros publicados. Participou em mais de cinco dezenas de eventos no estrangeiro e em Portugal. Orientou mais de uma dezena de teses de doutoramento e cerca de três dezenas de teses de mestrado. Participou em 10 projetos de investigação, sendo que coordenou 8 destes. Atualmente participa em 2 projetos de investigação, sendo que coordena 1 destes. Atua na área de Humanidades com ênfase na área da Linguística Portuguesa.

Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

E-mail: cassunca@utad.pt

A internacionalização da Língua Portuguesa no passado

A língua portuguesa, no período moderno, não tem sido muito estudada sob a perspectiva de “a língua companheira do Império”. Esta abordagem, enraizada na célebre frase “la lengua, compañera del Imperio”, foi introduzida pela *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492.

Em Portugal, Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, segue o mesmo tom:

e desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homês fazem a lingua e não a lingoa os homês. (Oliveira, 2015, p. 6)

A máxima de Nebrija continuou a ser apropriada em Portugal por João de Barros. Gramático e cronista, João de Barros fez nas *Décadas da Ásia* uma antevisão sobre a língua e a sua permanência na África e no Oriente. Escreveu, profeticamente:

as armas e padrões portugueses, postos em África e na Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e pode-os o tempo gastar; pêro não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses nestas terras deixarem. (Barros, 1988, p. 405)

Também na *Gramática da Língua Portuguesa* – obra que incorpora o *Diálogo em Louvor da nossa Língua* –, publicada por Barros, em 1540, a LP é celebrada como um instrumento de coesão política para o império com a tarefa de espalhar o cristianismo em todo o mundo. A máxima “a língua, companheira do império” desde então foi aceite como a chave para entender tanto a teoria linguística quanto as práticas que lidam com a língua portuguesa no início da modernidade.

A influência generalizada desta abordagem historiográfica despoletou dois fenómenos essenciais: 1) o português tornou-se a língua veicular para as primeiras traduções de várias línguas ameríndias, africanas e asiáticas desconhecidas para os europeus até à idade de expansão; 2) o português tornou-se uma língua

franca usada por comunidades de comerciantes europeias e não europeias multilingues, viajantes e missionários desde o Brasil até aos territórios das costas africana e asiática, bem além da espacialidade e da temporalidade da presença imperial portuguesa. O impacto desses fenómenos é evidenciado pela produção de centenas de relatórios e descrições, incluindo listas de palavras, dicionários e gramáticas, compilados principalmente por missionários, em particular os jesuítas e, ocasionalmente, por capitães de mar, comerciantes e viajantes (Curto 1998, pp. 418-419). Surpreendentemente, essas fontes permanecem dispersas e pouco estudadas, apesar de a sua relevância já ter levado a trabalhos pioneiros realizados por alguns linguistas nacionais e estrangeiros.

Estas fontes utilizam o Português como linguagem veicular para descrever e traduzir idiomas de todos esses povos do império português, do Brasil aos territórios africano e asiático, no início da modernidade. Foram escritas mais de meia centena de obras, que contêm informação sobre as línguas da Ásia, da África e do Brasil.

Este empreendimento civilizador, no seu início, esteve a cargo da coroa portuguesa. Cláudio Pinheiro refere que logo nas primeiras conquistas do norte de África, estavam profissionais extremamente capacitados: cartógrafos, navegadores, pilotos, além de 17 especialistas em línguas – quatro africanos peritos em idiomas da costa ocidental africana, três portugueses falantes de línguas Banto e árabe, e outros dez degredados, usados como intérpretes. Mais tarde, a armada de Vasco da Gama para a Índia pressupôs, para além de todo o material náutico e bélico, um investimento pesado em técnicas de comunicação, sem as quais, toda a ação expansionista e a montagem de um aparato colonialista não seriam possíveis. A questão da comunicação com os grupos populacionais contactados configura-se como fundamental para a exploração, o comércio e, mais tarde, as atividades de missionação que acompanharam o processo de expansão imperial dos Estados modernos europeus. O uso de intérpretes tornou-se largamente vulgarizado e está universalmente ligado à comunicação e conquista ao longo da modernidade (Pinheiro 2008, pp. 36-38).

Todavia a coroa portuguesa cedo declinou grande parte da sua responsabilidade neste empreendimento “civilizador”. Este fenómeno só foi possível pela intervenção dos missionários. A importância da missionação na divulgação/aprendizagem das línguas e na criação de textos interlinguísticos deve-se, sobretudo, à necessidade da divulgação da fé cristã. Os dicionários e glossários das línguas orientais atestam os esforços dos missionários na interpretação das línguas nativas e retêm memórias e gestos do contacto intercultural que lhes subjaz.

Dos esforços de aprendizagem das línguas e do seu ensino aos noviços, nasceram as primeiras gramáticas e o letramento ou transcrição da sua escrita no alfabeto latino. Algumas dessas línguas eram conhecidas apenas pela oralidade. A chegada da tipografia, primeiro a Goa (1556), depois a Macau (1584-1588) e ao Japão (1591) estimulou a publicação e proliferação de manuais de ensino, cartilhas ou cartilhas, dicionários, catecismos, gramáticas, dicionários, cartas, etc. A chegada da tipografia a estes povos não foi da iniciativa do poder Real português: a dinâmica gerada pela missionação na divulgação da fé cristã a isso obrigou (Fonseca, 2006, pp. 92-93).

E foi desta forma que os descobrimentos portugueses no Oriente ocasionaram o contacto entre civilizações e culturas, participado pela língua portuguesa. Como Craveiro da Silva menciona:

houve duas condições fundamentais para que esse encontro se pudesse realizar: primeiro foi que as terras e nações, onde as várias culturas floresciam, se conhecessem e isso fizeram os navegantes descobridores desde a África meridional, à Índia, ao Vietname, à China, ao Japão, às Molucas... Mas depois, para que houvesse diálogo frutuoso e perene, começou outro empreendimento menos espetacular mas também difícil e complementar: o estudo e aprofundamento científico e literário das diversas ou diversíssimas línguas desses povos. Sem o conhecimento das línguas desses povos não se podia dialogar. Constituiu um aspeto indeclinável, no qual os portugueses se evidenciaram como verdadeiros pioneiros. (Silva, 2000, p. 79)

Ora este foi um dos aspetos mais relevantes do trabalho dos missionários, em especial dos missionários jesuítas, mas também de outras ordens religiosas: o da aprendizagem das línguas dos povos colonizados pelos portugueses e o ensino do português a esses povos. E este feito constitui a maior internacionalização de sempre, até à chegada da internet, da LP.

Para ilustrarmos este contacto interlinguístico em que a LP serviu como metalinguagem para a descrição de muitas das línguas do Oriente, que foi a língua franca no Oriente, veja-se o impressionante conjunto de dicionários, vocabulários e glossários, que foi elaborado com base nos textos de David Lopes e Luís de Matos, Diogo Inácio Barbosa Machado, Francisco Inocência da Silva, Simão Cardoso, Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, Maria do Céu Fonseca, Toru Maruyama, Telmo Verdelho e Otto Zwartjes (Assunção 2016, pp. 75-87). Estas obras abrangem as descrições das línguas da costa asiática desde o estreito de Ormuz até à Indonésia:

persa, cingalá, industani, bengali, marata, concani, canarim, tamil, malabárico, malaio, chinês, vietnamita, japonês, entre algumas mais.

A internacionalização da LP no presente e futuro

Quando enunciamos estes dados sobre a língua portuguesa e a sua participação na descrição das línguas da Ásia, completamente ignorados pelas escolas e universidades onde se ensinam a língua e cultura portuguesas, não espanta, por isso, o que sentimos ao constatar que uma das línguas mais faladas do mundo seja constantemente reduzida ao lugar e papel de uma língua quase insignificante para a ciência, hoje.

No contexto mundial, o idioma de Camões, compõe atualmente um universo de 260 milhões de falantes, é a língua mais falada no hemisfério Sul, a terceira nos negócios mundiais do petróleo e do gás e a quinta, terceira no hemisfério ocidental, mais falada na internet. É a quarta língua mais falada no mundo por falantes nativos, assim como é, a seguir ao espanhol, a segunda língua românica mais falada do mundo (Ferreira, 2019; Pereira, 2011, p. 65).

Hoje as línguas, à semelhança do tempo das descobertas, e em particular a LP, são formas de afirmação do poder face a outras línguas, como aconteceu e acontece nas rotas dos negócios, e são formas de afirmar e de divulgar a cultura científica, a inovação dos povos, porque uma língua não será também uma grande língua internacional, se não se afirmar a este nível.

A questão que se coloca hoje sobre a língua portuguesa, política científica e comunicação de ciência entronca numa questão fundamental: que poder e impacto têm a língua portuguesa na política científica e na comunicação de Ciência?

Quem faz a língua é o povo, mas quem detém o poder da língua portuguesa? A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)? A Academia das Ciências de Lisboa? O Ministério dos Negócios Estrangeiros? O Ministério da Ciência e Ensino Superior? O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? A Academia Brasileira de Letras? As academias dos países que integram a CPLP? As redes sociais?

Algumas das instituições acima referidas nem sequer são públicas – são privadas – e os seus membros são quase sempre contrários às reformas que se ligam à língua portuguesa, de que é exemplo recente o acordo ortográfico (a proposta

do acordo nasce no seio da Academia das Ciências de Lisboa e foi negociado com a Academia Brasileira de Letras. O desentendimento, neste caso, veio do lado da política depois da oficialização do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, devidamente ratificado em Portugal, em 1991). Podem dizer o que quiserem, pois vivemos em democracia, mas não têm qualquer autoridade sobre a língua. A língua é um bem público que merece ter tratamento privilegiado que compete ao Estado. E merece ser tratada por quem tenha competência técnica instalada para o fazer, o que não acontece por algumas daquelas instituições. E a FCT é uma dessas instituições que nos últimos anos mais tem destrutado a LP como língua de comunicação de ciência.

Na verdade, a FCT sobrevaloriza as publicações em revistas ISI e SCOPUS que publicam quase exclusivamente em inglês, ficando de fora toda a produção destinada a um público especialista com competência para ler português, como sejam teses, atas de congressos nacionais e internacionais sobre a LP, capítulos de livros, entre outros. A FCT ao considerar que apenas tem impacto internacional o que não é publicado em português está a desvalorizar a língua portuguesa como língua de ciência. Esta incongruência é tanto mais notória quando no plano escrito sabemos que a FCT como Instituição Governamental encara a língua portuguesa como objeto de interesse científico igual a qualquer outro, mas não como metalinguagem em que esse interesse e a sua divulgação se manifestem e, deste modo, não está em sintonia com outras políticas institucionais favoráveis à defesa, promoção e internacionalização da Língua portuguesa (Castro 2009, pp. 3-4). A ciência escrita em língua portuguesa vale sempre menos do que se for escrita em inglês e este é um aspeto pelo qual todos os que estudam a língua portuguesa se deveriam bater.

Teixeira, entre muitos outros, alinha pelo mesmo diapasão: a FCT privilegia, ou mesmo considera como único, o uso do inglês para os projetos de investigação, para a valorização das publicações e para o financiamento de encontros Científicos, chegando ao cúmulo de a investigação sobre projetos de língua portuguesa ter que ser feita em inglês (Teixeira, 2016, p. 186).

E esta cultura está a passar para as universidades através dos regulamentos de avaliação dos docentes do ensino superior. Tem mais pontos na avaliação do docente um artigo publicado em inglês, com meia dúzia de páginas e com dez autores, do que um livro de 500 páginas escrito em português, por um só autor, e que tenha como objeto igualmente a língua portuguesa. Mariano Gago (2011) ironizou aqueles regulamentos, em entrevista a João de Pina-Cabral:

vejam-se recentes “regulamentos” de avaliação individual de docentes e investigadores! Publicou numa revista A ou B? (Mas não haverá lá ninguém que saiba ler os artigos e seja sério?!). Uma visão ansiosa e infantil que tudo pretende classificar (revistas, artigos, livros...) de forma “automática”, a partir de regulamentos e algoritmos, faz lembrar a ilusão dos cabalistas para esconjurar a incerteza do mundo. De facto, sabemos hoje que uma universidade, uma instituição de investigação, têm de ter atingido um nível cultural, científico suficientemente elevados para terem a coragem simples de dispensarem fórmulas e esconjuros quando querem saber da qualidade de alguém ou de alguma obra: simplesmente lêem, estudam, pedem pareceres especializados, e finalmente ponderam e decidem por si, sem se refugiarem atrás de fórmulas ou índices. (Pina-Cabral 2011, pp. 407-408)

Como já anotou Teixeira “é mais fácil arranjar financiamentos, em Portugal, que acabem por apoiar o inglês como língua de ciência do que o conseguir para projetos que apoiem a língua portuguesa” (Teixeira, 2016, p. 186). Fazer um projeto para o estudo da língua portuguesa é obrigatório fazê-lo em inglês. E mais absurdo, ainda, é o facto de os avaliadores desses projetos e das unidades de investigação, que estudam a língua portuguesa, não conhecerem a LP.

Como bem anotou Castro:

não podemos dissociar língua e cultura uma vez que nenhuma língua é suporte neutro para produtos culturais. Ao escolher a língua em que escrevemos, estamos também a escolher a literatura científica em que desejamos ser acolhidos, os autores que referimos, as terminologias e estilos de exposição nela consagrados. Se escolhermos escrever ciência em Inglês, difícil se torna não adotarmos também os programas de pesquisa próprios dessa língua e, com eles, importarmos como centrais à nossa atividade preocupações que nasceram em quadros culturais onde prevalece uma relação entre língua e metalíngua que não é a nossa. (Castro 2009, p. 4)

Ao fazer esta política da LP a FCT não está a cumprir a Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2016 que, de forma muito clara, refere que compete à FCT promover uma “Iniciativa de Apoio ao Conhecimento para o Desenvolvimento”, com o apoio de instituições científicas e académicas, públicas e privadas e o cofinanciamento internacional, incluindo o acordo de cooperação científica e tecnológica celebrado, em maio de 2016”, que foi celebrado entre Portugal e o Ismaili Imamat no sentido de reforçar as comunidades científicas de língua

portuguesa e a formação avançada de cientistas em língua portuguesa, abrangendo por isso o relançamento do Programa Ciência Global. Mais adiante refere ainda que a FCT “desenvolverá atividades no sentido da promoção internacional de indústrias culturais através da língua e do património, enquanto veículos de ciência e conhecimento, em articulação com a AICEP, E. P. E”¹.

A FCT, do ponto de vista governamental, tem estas incumbências, entre outras, mas na sua prática nada tem feito, continuando a depreciar a LP em todas as suas potenciais realizações: enquanto língua que se investiga, língua de cultura e língua de ciência.

Também a FCT não cumpriu o que se comprometeu fazer, em 2011, com o Conselho Científico das Ciências Humanas e Sociais. Moisés Martins, em artigo publicado no jornal *Público*, em 2018, relembra o acordado nesse relatório:

aceitar o Português e o Espanhol, a par do Inglês, como línguas de publicação. Promover a cooperação científica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os países da bacia mediterrânica e os países emergentes com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais, os países da CPLP. Incluir nos indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos. (Martins 2018)²

Por outro lado, os instrumentos de bibliometria científica de que dispomos hoje refletem a hegemonia quase absoluta da língua inglesa. O modelo das ciências da natureza é generalizado acriticamente a todos os ramos da ciência do saber humano. Uma política científica com visão estratégica não pode deixar de considerar prioritária a valorização do português como língua científica internacional, como refere Carvalho em crónica publicada no jornal *Público*, em 2013³.

Mariano Gago em entrevista a João de Pina-Cabral, em 2011, referiu que:

o equilíbrio na valorização da língua inglesa ou da língua nacional em publicações académicas, ou na publicação em revistas ou livros, se tem revelado estranhamente difícil no desenvolvimento da maioria das instituições. São questões que se apresentam

1 Veja-se https://dre.pt/home/-/dre/105283924/details/maximized?p_auth=BA4L2dCv.

2 Ver <https://www.publico.pt/2018/10/09/ciencia/opiniao/a-fundacao-para-a-ciencia-e-a-tecnologia-fct-e-irreformavel-1846639>. Ver, também Martins (2012).

3 Ver <https://www.publico.pt/2013/12/29/ciencia/opiniao/lingua-portuguesa-e-ciencia-161775>.

de forma muito diferente para as ciências da natureza, para as engenharias, ou para as humanidades e as ciências sociais, e que dependem da história das áreas científicas e das suas redes de relações com o tecido social. Em física, por exemplo, o livro não é hoje normalmente usado como instrumento para a publicação de resultados de investigação, mas assume um papel fundamental como repositório de referência ou como obra de ensino e de divulgação, ao contrário do que acontece nas humanidades e em muitas ciências sociais, em que o livro continua a ser fundamental como o resultado de investigação inovadora. A relação com a sociedade através da própria língua no campo das ciências é muito diferente nas ciências físicas ou nas ciências humanas e sociais. O dogmatismo a que se assiste por vezes a este propósito é verdadeiramente constrangedor. (Pina-Cabral, 2011, p. 408)

Este equilíbrio é o primeiro passo que temos que dar para que a língua portuguesa na política científica e na comunicação de ciência cresça. Depois, através do acesso aberto, disponibilizar para todo o mundo, através da criação de redes, a ciência que se faz em português. Aqui pode e deve a CPLP desempenhar papel relevante continuando a implementar o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Também, o papel do Instituto Camões nos últimos anos tem em muito contribuído para esse desiderato. Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros que tutela o Instituto Camões, referiu na conferência anual, realizada em 2017, que:

as parcerias que vai estabelecendo com centenas de escolas superiores representam o mais sólido fator de consolidação de uma oferta que não cessa de aumentar, como se vê tão nitidamente na China, na Europa, nas Américas, em África, no Médio Oriente, no Sudoeste Asiático, e que por sua vez corresponde à crescente procura da nossa língua, como língua de cultura, de comunicação, e de negócios. (Silva, 2017, p. 7)

Depois, para contrabalançar a hegemonia do Inglês, impõe-se a criação urgente de instrumentos bibliométricos alternativos – de preferência, comuns às publicações em línguas portuguesa e espanhola – pois formar-se-ia uma comunidade de 700 milhões de falantes que se podem compreender também do ponto de vista dos negócios, da ciência, da inovação, como referiu Laborinho (2017) ⁴.

4 Ver <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/07/31/ana-paula-laborinho-as-linguas-sao-formas-de-afirmacao-de-poder/>

Referências

- ASSUNÇÃO, C. (2016). Primeiros ecos da lusofonia no oriente: dos descobrimentos à produção metalinguística. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 75-87). São Paulo: EDUC IP-PUC_SP.
- BARROS, J. (1988/1552). *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Vols. I-III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CASTRO, I. (2009, junho). *Português, Língua de Ciência*. Comunicação ao colóquio A Internacionalização da Língua Portuguesa, Lisboa. Retirado de http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2009_Lingua_de_ciencia.pdf
- Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT. Relatório final das Ciências Sociais e Humanidades, mais excelência, maior impacte.
- CURTO, D. R. (1998). A língua e o império. In F. Bethencourt & K. Chaudhuri, *História da expansão portuguesa* (pp. 414-433). Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERREIRA, L. (2019). Entrevista a Luís Faro Ramos. Retirado de <https://www.dn.pt/educacao-do-dia/27-abr-2019/interior/dentro-de-dois-ou-tres-anos-havera-50-doutorados-em-portugues-na-china-e-impressionante>
- FONSECA, M. C. B. (2006). *Historiografia linguística portuguesa e Missionária: preposições e posposições no séc. XVII*. Lisboa: Colibri.
- LOPES, D. (1936/1969). *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Porto: Portucalense Editora.
- MARTINS, M. L. (2018, 9 de outubro). A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é irreformável? *Público*. Retirado de: <https://www.publico.pt/2018/10/09/ciencia/opiniao/a-fundacao-para-a-ciencia-e-a-tecnologia-fct-e-irreformavel-1846639>
- MARTINS, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-americana : Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- OLIVEIRA, F. (2015/1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Retirado de http://ctlf.enslyon.fr/t_fiche.asp?num=1328&fic=3301_pt_Oliveira_TO1&aut=Oliveira,%20Fernão%20
- PEREIRA, S. (2011). *A Dimensão Cultural da Lusofonia como Factor de Relevância Económica*. Lisboa: UCP. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.14/8536>.
- PINA-CABRAL, J. (2011). Entrevista a José Mariano Gago por João de Pina-Cabral. *Análise Social*, XLVI(200), 388-413.

- PINHEIRO, C. C. (2008). Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In I. S. Lima & L. do Carmo (Eds.), *História social da língua nacional* (pp. 29-65). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- SILVA, A. S. (2017). *Missão e prioridades do Instituto Camões*. Retirado de <https://www.instituto-camoes.pt/images/pdfs/missaoeprioridadesdocamoes.pdf>
- SILVA, L. C. (2000). *Ser português: ensaios de cultura portuguesa*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- TEIXEIRA, J. (2016). Português, língua de ciência? In J. Teixeira (Ed.), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 175-190). Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Lusíadas.